

# BRASIL: GLOBALIZAÇÃO E REGIONALIZAÇÃO\*

MANUEL CORREIA DE ANDRADE  
Universidade Federal de Pernambuco  
Fundação Joaquim Nabuco

## Introdução

O processo de transformação da sociedade e da economia, na segunda metade do século XX e certamente no século XXI, que ora se inicia, acelerou-se consideravelmente, trazendo dificuldades sérias tanto para os que vivem nos dias atuais como para aqueles que têm, por profissão, a obrigação de refletir e procurar caminhos para a sociedade

Atualmente, emprega-se com frequência palavras como globalização e regionalização, expressões que têm grandes implicações geográficas e políticas. Alguns autores, devido a sua formação filosófica ou interesses políticos e econômicos, costumam analisar estes termos e a sua concretização, de forma estática, como se o fenômeno da globalização tivesse ocorrido de forma súbita, em um determinado momento, sem qualquer conexão com o passado. Daí a pregação do “fim da história”, feita pelo nipoamericano Fukuyama (1989), como se a história pudesse ser interrompida ou, pior ainda, ter um fim.

Na verdade, a globalização é uma fase da evolução do sistema capitalista, que suplantou o imperialismo e certamente será suplantada por outra fase, ainda neste século XXI. Ela não extinguirá os Estados mas atuará sobre a estrutura e as relações com os outros Estados, de forma que em cada um deles as classes dirigentes sigam as direções indicadas pelo processo mundial, procurando defender os interesses dos grupos econômicos ou os interesses do povo.

No extremo oposto ao processo de globalização encontra-se o não menos importante processo de regionalização. aquele ligado ao local, em unidades mais modestas em dimensões do que o Estado. A região tem grande importância política e econômica, sabendo-se dos fatos que ocorreram nos fins do século passado e continuam latentes no novo século, sobretudo em regiões multi-étnicas, como os Bálcãs e o Cáucaso e, em grande escala, na África. Na verdade, as fronteiras políticas internacionais estão sendo ameaçadas e muitas vezes esfaceladas, em função de conflitos regionais, as mais das vezes com fundamentações étnicas. Para citar apenas um exemplo, é interessante observar-se como a população albanesa não se conforma com o território, formalmente albanês, e tenta unir ao mesmo os territórios de Kosovo, ocupados pela Sérvia; do noroeste da Macedônia, país em que os albaneses constituíam 30% da população, formada em sua maioria por eslavos, e do sul do Montenegro. Parece até que querem formar a Grande Albânia, como os Sérvios pretendem transformar a Iugoslávia em uma Grande Sérvia.

Embora os problemas da globalização e da regionalização sejam eminentemente geográficos, eles estão profundamente ligados a origens históricas e antropológicas

---

\* Este artigo está relacionado à conferência proferida pelo prof. Manuel Correia de Andrade na sessão de abertura do Curso de Mestrado em Geografia da Universidade Federal Fluminense, em março de 2001.

## A questão da globalização

A globalização ou mundialização, como preferem chamar os franceses, é fase de um processo que se iniciou com o surgimento do modo de produção capitalista que, a partir da Europa Ocidental, estendeu-se por toda a superfície da Terra. O processo de territorialização do modo de produção capitalista pode ser analisado, de forma esquemática, em três fases ou períodos: o do colonialismo, o do imperialismo e o do globalismo.

O colonialismo desenvolveu-se a partir do século XV, quando alguns países europeus conseguiram a sua unificação política em tomo de monarquias absolutas, fazendo desaparecer gradualmente o domínio do modo de produção feudal, e privilegiaram as atividades comerciais com povos que viviam em outros continentes ligados à Europa, como a África e a Ásia.

No período medieval, as comunicações com essas áreas, chamadas orientais, eram feitas, sobretudo, através de cidades italianas que usavam a navegação no mar Mediterrâneo. e continuadas por navegadores árabes no Mar Vermelho e no Oceano Índico, ou por grandes caravanas que chegavam até a China e a Índia. O comércio direto com o Oriente e a eliminação da intermediação dos árabes era o grande objetivo dos europeus. a fim de aumentarem os seus lucros e o volume dos seus negócios.

O desenvolvimento das técnicas de navegação e a criação de barcos mais velozes e seguros, além da existência de capitais, estimularam a abertura da Europa ao mundo não europeu. Unida ao desenvolvimento tecnológico. a acumulação de capitais, feita, sobretudo, nas cidades italianas e do mar do Norte, e as divulgações de velhas crenças, serviram de base ao incentivo às navegações. Procurando legitimar as atividades altamente rendosas e violentas — saques às cidades do Oriente foram urna constante — achavam que era preciso contatar os povos cristãos que viviam cercados e perseguidos por muçulmanos na África — o reino de Preste João, na atual Etiópia — e na Índia as minorias nestorianas convertidas por São Tomé, no início da era cristã.

Nesta fase os europeus expandiram consideravelmente o mundo conhecido, fazendo acordos comerciais com povos do Oriente e guerra aos árabes que dominavam o oceano Índico, fundando entrepostos de comércio em pontos favoráveis aos contatos com os nativos. Para isto, utilizaram a catequese com o fim de cristianizar os povos que consideravam pagãos, possibilitando aos mesmos alcançar a salvação de suas almas.

Nessas terras, os europeus criaram formas diversas de exploração; nas áreas de clima temperado fundaram colônias de povoamento, transferindo para elas colonos que se estabeleciam com a intenção de lá permanecer, como ocorreu nos Estados Unidos e no Canadá. Nas áreas de clima tropical e produtoras de mercadorias típicas do trópico, difíceis de ser obtidas na Europa, criaram colônias de exploração (HARDY, 1933), estabelecendo feitorias como as criadas na Índia, no Brasil, nas primeiras décadas da colonização, e na costa africana. Na Índia, as feitorias exploraram, sobretudo, o rendoso comércio das especiarias, na África, o comércio de negros escravos e, inicialmente, da malagueta e do ouro, enquanto no Brasil se dedicaram, inicialmente, ao comércio da madeira de tinta (AZEVEDO, 1947).

No Brasil, eles evoluíram para a implantação da cultura da cana de açúcar utilizando a força de trabalho indígena e depois a negra. O negro tornou-se tão importante para a economia portuguesa, tanto na Europa como no Brasil, que as relações entre o Brasil e a África se tornaram fundamentais à vida econômica e à sociedade colonial (ALENCASTRO 2000). O Brasil tornou-se, após trezentos anos de colonização, um país que é, ao mesmo tempo, europeu e africano, o que levou Gilberto Freyre (1933) a admitir que o negro teria sido também um colonizador do país.

Segundo Caio Prado Júnior (1943), o sistema implantado no nosso território foi tipicamente capitalista, voltado para a exploração de produtos agrícolas e em seguida os minerais para o mercado europeu, baseado na grande propriedade da terra e na exploração monocultora dos

recursos aí existentes. Vê-se, no caso brasileiro, que já no século XVI, começava-se a passar do colonialismo puro e simples para o imperialismo. Mas essa passagem de uma fase a outra foi lenta e não de forma abrupta e vertical, com avanços e recuos, conforme o momento histórico favorável ou não à expansão das forças do capital. Sabe-se que a evolução capitalista se dá com uma sucessão de sucessos e de crises.

A expansão colonial permitiu que os colonizadores, que inicialmente se instalavam em pontos estratégicos na costa, como o forte de São João da Mina, na Guiné, e Luanda, na Angola, comessem a se dirigir para o interior, quase sempre acompanhando o curso dos rios. No caso brasileiro, rios como o Amazonas, o Parnaíba, o São Francisco e, até certo ponto, os formadores do rio da Prata, foram da maior importância para a penetração quando alcançados no médio curso. Na América Espanhola, os colonizadores se expandiram pelo rio da Prata e, como ocupassem a costa ocidental, bastante montanhosa e sem rios caudalosos, tiveram que escalar a serra Madre Oriental, no México, e os Andes, na América do Sul, à procura de metais preciosos. Os franceses utilizaram em larga escala as vias fluviais, ao fundar suas colônias americanas drenadas pelos rios São Lourenço e Mississipi.

Na África, os portugueses e espanhóis foram sendo afastados dos territórios onde haviam fundado feitorias, e os ingleses e franceses foram subindo rios, como o Nilo, o Senegal, o Níger, o Zaire e o Cuanza, vencendo corredeiras e cachoeiras, para dominar e explorar a população que vivia no interior. Tribos que ao serem atacadas e dominadas já estavam organizadas em reinos de certa expressão territorial, como o do Mali, o do Congo, o de Monomotapa, etc. A luta pela dominação do Egito, pelos ingleses, foi muito longa e eles só conseguiram dominar completamente o país em 1882, quando o Império turco, já decadente, era considerado o “homem doente da Europa”.

No Congo, os belgas chegaram na segunda metade do século XIX e estabeleceram o chamado Estado Livre, que era propriedade privada do rei Leopoldo II, até 1908, quando se tornou uma colônia da Bélgica. A disputa pela África, entre as nações imperialistas da Europa, sobretudo entre a Inglaterra e a França, tornou-se tão acirrada que foi necessária a realização do Congresso de Berlim, para determinar uma espécie de partilha do continente, sem ouvir, naturalmente, os interesses dos povos africanos.

Feita a partilha, cada um consagrou a forma de exploração do território que lhes coube de acordo com os próprios interesses, dividindo povos e nações sem levar em conta as suas etnias e tradições. O nível de civilização e de estruturas mais ou menos rígidas, variava de um para outro estado da região, fazendo com que uma oposição maior ou menor ao colonizador fosse sentida. Assim, não foi fácil ao europeu controlar e submeter os povos árabes e arabizados do Norte da África, devido não só ao espírito de independência destes povos, como à sua cultura religiosa, islâmica, e às difíceis condições naturais, com áreas desérticas e semi-desérticas. No Norte da África, apenas a Argélia e a Líbia foram transformadas em colônias, permanecendo o Egito, a Tunísia e o Marrocos como protetorados, gozando de uma autonomia relativa.

Na África do Sul, onde, além da população majoritária, negra, havia fortes contingentes brancos de origem holandesa, os “bóers”, e ingleses. além de expressivas minorias hindus, eles gozaram de um sistema menos forte de dominação britânica, logo se tornando um domínio, onde os próprios brancos da colônia estabeleceram um sistema altamente discriminatório contra a população negra, o chamado “apartheid”.

Na Ásia, o sistema colonialista foi imposto apenas parcialmente pelos portugueses e espanhóis, mas foi tornado imperialista com a ação dos ingleses, que construíram o chamado Império das Índias, com os franceses na Indochina e com os holandeses na Indonésia. Alguns enclaves portugueses e franceses permaneceram na Índia, mesmo após a independência política e subsistiram como sistemas mais ou menos autônomos, como a Arábia Saudita, o Omã, o Irã, o Afeganistão, a Tailândia, etc. O caso do Japão foi diferente porque ele modernizou-se e tornou-se

também um país imperialista; a China, face à sua extensão territorial, à sua população e à sua cultura, foi dominada em certos pontos com as “concessões territoriais” às potências ocidentais e em seguida retaliadas pelo Japão, até a derrota do mesmo na Segunda Guerra Mundial.

O imperialismo russo obedeceu a características próprias, porque foi feito em terras contínuas, diferentemente do inglês, francês e holandês, e deu margem a um estado multinacional em que os eslavos ortodoxos dominavam os povos muçulmanos do Cáucaso e da Ásia Central e com grupos primitivos da região Ártica. Derrubado o Império, os soviéticos conseguiram, em grande parte, manter o domínio territorial, com a formação de uma confederação dominada pelos russos e que subsistiu até os fins do século XX.

Na Oceania, os ingleses dominaram a Austrália e a Nova Zelândia, enquanto muitas das ilhas habitadas por povos diversos, foram ocupadas por europeus, - ingleses, franceses e alemães -, ou por japoneses e americanos, que nos fins do século XIX. passaram a disputar espaços no Oceano Pacífico.

No início do século XX, via-se o mundo dividido entre os países imperialistas que dominavam colônias e protetorados e controlavam países formalmente independentes. destacavam-se entre os países imperialistas mais importantes, a Inglaterra e a França; em imperialistas em expansão — a Alemanha e a Itália -; em imperialistas em terras contínuas a Rússia; em imperialistas médios a Bélgica e a Holanda; em imperialistas em decadência a Espanha e Portugal; em países com forte vocação imperialista e em expansão, os Estados Unidos e o Japão.

A Primeira Guerra Mundial eliminou a Alemanha do grande clube, e a Segunda Guerra Mundial, ao se concluir, enfraqueceu as demais potências imperialistas, fazendo com que o mundo ficasse dividido em duas áreas de influência: a americana e a soviética. A primeira era de maior extensão, mais populosa e, sobretudo, mais rica, e a segunda, que compreendia um terço do território emerso, era fortalecida por um sistema de governo que condenava formalmente o capitalismo, mas, apesar de oficialmente socialista fazia uma política de grande potência, fato que a enfraqueceu devido a divergências surgidas com a China.

A disputa, chamada de “guerra fria”, deu a vitória aos Estados Unidos, com o desmembramento da União Soviética e o abandono do socialismo real como forma de governo, passando o primeiro a ser a grande potência mundial. Surgia, assim, o mundo globalizado em que vivemos. Com a globalização, as grandes empresas multinacionais passaram a fazer o controle da economia mundial, em função dos seus interesses estabelecendo fusões e criando unidades financeiras gigantescas que não só controlam a economia e o governo dos vários países, como se dedicam, sobretudo, à exploração do capital financeiro.

Desse modo, enquanto no colonialismo dominou o capital comercial e no imperialismo o industrial, no globalismo domina o capital financeiro, passando uma série de atividades industriais dos países do Primeiro Mundo, aos que se chamam hoje, formalmente, de países emergentes. Defende-se, porém, o comércio livre para a entrada das mercadorias dos países do Primeiro Mundo naqueles emergentes e excluídos, mas se mantêm tarifas protecionistas quando interessa aos países do Primeiro Mundo. A transferência de estabelecimentos industriais para os países emergentes permite a utilização de força de trabalho pior remunerada — daí a destruição dos sistemas trabalhistas e de previdência social — e um menor investimento em defesa do meio ambiente. O capitalismo, chegado ao máximo, não permite que haja preocupações com o homem ou com a Terra, como planeta, desde que a destruição de um ou de outro possa contribuir para o aumento dos lucros.

A política de globalização tem provocado a queda da oferta de empregos, a queda no padrão de qualidade do ensino, a volta de endemias e epidemias, na qualidade de vida e no sentimento da nacionalidade; destruindo os padrões morais existentes, ela estimula a corrupção, sobretudo nas esferas que detêm o poder, e a ânsia do enriquecimento rápido. Este é o mundo globalizado

previsto por Karl Marx, no Manifesto Comunista de 1848, onde o capitalismo encara a superfície da Terra como um todo a ser explorado e dominado.

Ocorre, porém, que dentro deste espaço “americanizado”, pode-se distinguir várias categorias territoriais, como: países ricos, formados pelos Estados Unidos e Canadá, na América, a Europa Ocidental, Central e Setentrional, no Velho Mundo, e o da Ásia Oriental, com o Japão. Não se pode saber onde se colocaria a Rússia, hoje inteiramente desorganizada em vista da transição do socialismo de Estado para o capitalismo mal dirigido. Uma segunda categoria seria formada pelos países chamados emergentes, aqueles que têm uma expressiva exploração mineral e uma evoluída indústria de transformação, caso do México, do Brasil, da Argentina, do Chile e, até certo ponto, do Uruguai, na América; na África, da África do Sul; na Europa Mediterrânea e alguns países da Europa de Leste, da China, da Austrália e Nova Zelândia e, finalmente, dos Estados excluídos que se encontram abandonados, super explorados, ocupados por companhias exploradoras de minérios e de produtos agrícolas, o que se observa sobretudo na África e em numerosos países da América, da Ásia e da Oceania.

A globalização é feita em função de uma uniformização dos hábitos e costumes nos vários países, mas ela encontra resistência de povos que desejam melhorar os seus padrões de vida, desejam manter um mínimo de fidelidade à sua etnia e à sua cultura. Daí a intensificação de movimentos étnicos nacionalistas e as lutas intensas que se travam no Cáucaso, nos Bálcãs e na África: ocorre que entre os países ricos continua a haver divergências que os vêm levando a formar conjuntos regionais —ALCA, MERCOSUL, União Européia. etc — que podem aspirar à liderança, a médio e longo prazos.

Também a concentração da riqueza e as facilidades de transportes e comunicações vêm provocando migrações em massa dos países pobres para os países ricos, como se pode observar nos Estados Unidos onde o percentual de antilhanos de origem africana e de latino-americanos é cada vez mais elevado; na Alemanha, onde há uma grande população turca, alimentando movimentos neo-nazistas; na Inglaterra, com uma grande quantidade de imigrantes hindus; na França e na Espanha, com o crescimento da população árabe, com fortes diferenças étnicas e religiosas. Teme-se até uma muçulmanização da França, de vez que os árabes se reproduzem mais rapidamente do que os franceses. O trabalhador que encontra dificuldade de sobrevivência em seu país de origem tende a procurar trabalho nos países onde há maior oferta de empregos, e, após algumas gerações, sente-se natural do país que acolheu os seus antepassados, sem abdicar de suas origens.

Este fato pode provocar uma implosão social no país em que ele vive, tornando-se uma espécie de germe de destruição ou de transformação do processo de globalização. Isto porque, os modos de produção, como ensina Oskar Lange (1963), não são estáticos e sempre o modo de produção dominante traz em si resíduos do modo de produção anterior e, ao mesmo tempo, as sementes propícias ao surgimento de um novo modo de produção.

## **Os processos de regionalização**

Corno acabamos de ver, o processo de globalização vem provocando a formação de uma regionalização em escala mundial, com o surgimento de blocos de países nos vários continentes. Não é aquela regionalização característica da geografia tradicional, que teve tanta importância no início do século XX, baseada sobretudo nas condições naturais, mas uma regionalização geopolítica. O mesmo ocorre em escala continental e nacional.

No Brasil, poderíamos até falar em uma regionalização em escala continental, já que o país tem dimensões de um continente e uma grande diversificação tanto em suas condições naturais como nas humanas. Desde o período imperial foram numerosos os estudiosos que procuraram

distinguir regiões diversas no nosso país, falando-se sempre em uma contraposição entre o Norte e o Sul.

A primeira divisão regional estabelecida oficialmente ocorreu em 1941, quando o governo Vargas resolveu desenvolver uma política de organização territorial, comandada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. O geógrafo Fábio de Macedo Soares Guimarães, dispondo, ainda, de pouco conhecimento do território brasileiro (1941) e poucos recursos, fez a divisão em grandes regiões naturais, seguindo a orientação de Ricchieri. admitindo a existência de cinco unidades: a Amazônia ou região Norte, o Nordeste, compreendendo duas sub-regiões. a Oriental e a Ocidental, o Leste, também dividido em duas porções, a Setentrional e a Meridional, o Sul e o Centro-Oeste (ANDRADE, 1987). Logo ficou claro que a divisão proposta era inadequada, de vez que era difícil colocar toda a Amazônia, cerca de mais de 50% do território nacional, em uma única região, ou incluir o Maranhão no Nordeste, enquanto Sergipe e Bahia não estavam bem situados no Leste e muito menos São Paulo no Sul.

As críticas levaram o IBGE a fazer uma reformulação, mantendo apenas as regiões menos conhecidas — a Amazônia e o Centro-Oeste — passando o Nordeste a absorver também Sergipe e Bahia e o Leste a ser substituído pelo Sudeste, compreendendo Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo. O Sul ficou reduzido apenas aos três estados meridionais.

O dinamismo econômico levou o governo a criar novas divisões regionais, sem eliminar a do IBGE, criando, em consequência da aplicação da Constituição de 1946, uma Superintendência de Desenvolvimento Econômico do Vale do Amazonas, compreendendo além dos estados considerados nortistas, as porções setentrionais de Mato Grosso e Goiás, drenadas para o grande rio. No Nordeste, ao criar a SUDENE, estendeu a região até o norte de Minas Gerais. A criação do Estado do Tocantins, em 1988, estabeleceu que ele passaria a pertencer à região Norte, reduzindo o Centro-Oeste apenas aos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e o Distrito Federal.

As preocupações regionais levaram os geógrafos e administradores a formular conceitos e estabelecer delimitações de regiões urbanas, de regiões agrárias, de regiões extrativistas, de regiões homogêneas, de regiões funcionais urbanas, de regiões polarizadas (ANDRADE, 1987), etc. Hoje, são mantidas as grandes regiões, mas elas estão divididas em mesorregiões e estas em microrregiões; os critérios para classificação e divisão regionais estão baseadas muito mais em variáveis humanas do que em variáveis físico-naturais. Reconhecendo-se que as regiões se transformam, vêm sendo feitas, a cada dez anos, reformulações das mesmas, coexistindo uma regionalização em escala nacional, ao lado de regionalizações em escala estadual. Pernambuco, por exemplo, está hoje dividido em 12 regiões de desenvolvimento, estabelecidas em função da ação política do governo estadual.

A regionalização do território brasileiro vem sofrendo vários impactos, como o da expansão do povoamento, o da criação de novas unidades político-administrativas e a do relacionamento com o Mercosul e com os países vizinhos.

No primeiro caso, o crescimento do Centro-Oeste e da Amazônia vem provocando o povoamento de áreas anteriormente subpovoadas e isoladas, criando novos fluxos e ampliando a produção econômica, muitas vezes com o sacrifício das populações locais — índios e posseiros — e com a destruição da floresta. A expansão do povoamento é altamente predatória, podendo-se admitir que a destruição da floresta pelas madeireiras, seguida da cultura da soja e da pecuária extensiva, provocam fortes impactos sobre a população local e os imigrantes que chegam à área e modificam as paisagens e as condições ecológicas.

Este avanço provocará a criação de novas unidades territoriais, como já ocorreu em 1975, com o Mato Grosso do Sul, e em 1988, com o Tocantins e, tudo indica, ocorrerá dentro em pouco com a criação dos estados do Araguaia ou Mato Grosso do Norte e o do Tapajós e dos Territórios do Alto Rio Negro, do Solimões e do Juruá.

Isto, para não mencionarmos outras possíveis redivisões de novos estados e territórios, em futuro próximo (ANDRADE, 1987). A criação de unidades administrativas organizará o espaço em áreas que se mantinham em um certo isolamento e redefinirá formas de uso do solo e direção de fluxos, provocando a definição de novas regiões. No Norte, por exemplo, já é difícil manter-se uma unidade da região Amazônica, observando-se a divisão da mesma em duas grandes regiões, a Amazônia Ocidental, liderada por Manaus, e a da Amazônia Oriental, polarizada para Belém. E isto ocorre, sobretudo, com a perda da importância do transporte fluvial, em vista do desenvolvimento das rodovias.

O impacto do Mercosul, sobretudo na região meridional, será muito grande, já que grandes empresas transnacionais podem se instalar no Uruguai e expandir sua influência na Argentina e no Brasil, criando problemas para os nacionais da área. Também é possível que a produção de um país, pior localizado, ou que utiliza menos técnicas, não tenha condições de competitividade com os países vizinhos. Como exemplo, temos o caso do trigo da região Sul brasileira; será que ele tem condições de competitividade com a produção do Pampa argentino? Qual será o impacto, no Sul do país, da formação de um eixo de desenvolvimento São Paulo-Buenos Aires? E o que ocorrerá com regiões tradicionalmente produtoras de açúcar, como o Noroeste da Argentina e o Nordeste do Brasil, frente à concorrência de regiões melhor dotadas, como o Centro-Oeste e o Sudeste brasileiros, onde numerosas usinas vêm sendo implantadas e outras ampliadas (ANDRADE, 1994)? Até que ponto continuará a ocorrer a transferência de usinas das áreas tradicionalmente produtoras para as áreas em expansão canavieira?

Há uma expansão do povoamento brasileiro em países vizinhos, como ocorre no Paraguai com os chamados brasiguaios e na Bolívia, onde Santa Cruz de la Sierra está praticamente polarizada para São Paulo, apesar da grande distância entre as duas cidades; observando-se ainda uma migração de empresários e de técnicos brasileiros para países vizinhos mais pobres e de trabalhadores rurais, não qualificados profissionalmente, destes países para o Brasil. Outro movimento de menor expressão ocorre no norte da Bolívia, onde muitos dos seringueiros do departamento de Pando são brasileiros que migraram de Rondônia e do Acre, expulsos pelo avanço das relações capitalistas de produção no meio rural, que expropriam os chamados "homens da floresta". Também um intercâmbio de influência é observado no noroeste do país, onde a cidade brasileira de Tabatinga está praticamente conurbada com a de Letícia, na Colômbia, criando problemas sérios de convivência fronteiriça, devido à dinamização do contrabando e do narcotráfico, comprometendo, muitas vezes, nações indígenas que são nômades e não respeitam as fronteiras políticas. Fora isto, as relações internacionais podem ser perturbadas em função da presença de guerrilha no território colombiano.

Nas fronteiras com a Venezuela, o Brasil avança à procura do Caribe, área de disputa de domínio geopolítico do Brasil, do México e da própria Venezuela, como nações de influência regional, e dos Estados Unidos como potência hegemônica, desde os fins do século XIX, de onde os imperialistas europeus foram praticamente afastados, passando os mini-países do Caribe ao controle americano, mesmo quando participantes da Comunidade Britânica de Nações. A vocação imperialista norte-americana foi praticamente consagrada pela vitória sobre a Espanha, em 1898, quando anexaram Porto Rico e estabeleceram um protetorado em Cuba, mantido até 1959, quando Fidel Castro derrotou Fulgêncio Batista.

Pode-se admitir ainda uma série de tensões territoriais do Brasil com a Guiana e o Suriname, em áreas praticamente despovoadas e, ao mesmo tempo, possíveis confrontos com a França, na área fronteiriça do Amapá com a Guiana Francesa.

É bem verdade que na fase anterior à globalização já havia uma tendência a alterações nas formações regionais, mas agora, com a evolução acelerada da tecnologia e com a globalização do sistema de relações internacionais, o processo de transformação regional pode e tende a acelerar-se, convocando os geógrafos e outros cientistas sociais a maiores reflexões, a estudos mais

detalhados.

A globalização, ao mesmo tempo em que tenta unificar o espaço geográfico, estimula novas diferenciações, dando margem a novas formas de regionalizações e de transformações no meio geográfico, gerando, em consequência, o surgimento de uma nova fase com novas características.

#### **BRASIL: GLOBALIZAÇÃO E REGIONALIZAÇÃO**

**Resumo:** O processo de globalização não é um processo recente, e vem sempre associado a distintas dinâmicas de regionalização. No caso brasileiro, sua inserção aos circuitos globais começa no período colonial, e diferentes regionalizações vão se sucedendo no tempo. A globalização, longe de ser simplesmente um processo unificador, realiza permanentes diferenciações do espaço geográfico.

*Palavras-chave:* Globalização, Regionalização. Espaço Brasileiro.

#### **BRAZIL: GLOBALIZATION AND REGIONALIZATION**

**Summary:** The process of globalization is not a recent process, and it is always associated with different dynamics of regionalization. In Brazil, its insertion to global circuits begins at the colonial period, with different regionalizations through each historical phase. So, the globalization is not simply an unifying process but it produces constant differentiation at geographic space.

*Keywords:* Globalization, Regionalization, Brazilian Space.

### **Referências bibliográficas**

ALENCASTRO, Luís Felipe de (2000). *O Trato dos Viventes*. São Paulo. Companhia das Letras.

ANDRADE, Manuel Correia de (1987). *Espaço. Polarização e Desenvolvimento*. 5ª. ed. São Paulo. Atlas.

\_\_\_\_\_(1994). *Modernização e Pobreza*. São Paulo. UNESP.

AZEVEDO, João Lúcio (1947). *Épocas de Portugal Econômico*. Lisboa. Livraria Clássica Editora.

FREYRE, Gilberto (1933). *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro, Maya & Schdmit.

FUKUYAMA, Francis (1989). *O Fim da História e o Último Homem*. Rio de Janeiro. Rocco.

GUIMARÃES, Fábio de Macedo Soares (1941). Divisão Regional do Brasil. Rio de Janeiro.

*Revista Brasileira de Geografia*. Ano 3, n 2.

HARDY, George (1933). *Géographie et Colonization*. Paris. Gallimard.

LANGE, Oskar. (1963) *Moderna Economia Política*. Rio de Janeiro. Fundo de Cultura.

PRADO JÚNIOR, Caio (1943). *Formação do Brasil Contemporâneo. A Colônia*. São Paulo. Martins.